FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL: PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO, RAÚL PREBISCH E CEPAL

Dinâmicas socioeconômicas regionais

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discutir a formação social, política e econômica no Brasil, o Desenvolvimento e Subdesenvolvimento a partir de Celso Furtado e Raúl Prebisch e a atuação da Cepal. Na primeira seção apresenta-se uma contextualização da formação social, política e econômica no Brasil a partir dos autores Caio Prado Junior (1994) e Maria Yedda Leite Linhares (1996), desde o período colonial até o século XXI. Na segunda seção aborda-se, os autores Celso Furtado e Raúl Prebisch, suas contribuições para entender o desenvolvimento e sub-desenvolvimento dos países. Na última seção, discute-se a atuação da Cepal e sua influência. Tais abordagens se justificam porque permitem compreender que o Brasil enfrenta desafios econômicos que envolvem a busca por uma estabilidade econômica, a implementação de reformas estruturais e a necessidade de diminuir dificuldades sociais, como desigualdade e pobreza. Ao mesmo tempo, entender que a economia diversificada reflete a complexidade do país.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Formação do Brasil. Cepal.

INTRODUÇÃO

A formação do Brasil é marcada por diferentes períodos e influências ao longo da história, conforme discutem os autores Caio Prado Junior (1994) e Maria Yedda Leite Linhares (1996). Um dos períodos marcantes foi a colonização em 1500, onde os portugueses exploraram o pau-brasil, mas as atividades eram mais de extração do que de povoamento. Para tentar efetivar a ocupação do território, a coroa portuguesa implantou as Capitanias Hereditárias, que era a doação de grandes áreas de terras para quem estivesse disposto a colonizá-las. Este sistema se mostrou pouco eficaz, levando à adoção do governo-geral, ou seja, uma interferência direta do Estado português administrativamente e com ações para a colonização.

A introdução da cana-de-açúcar no século XVI impulsionou a expansão da colonização, acompanhada pelo uso de mão de obra escravizada indígena e africana. No século XVIII, a descoberta de ouro em Minas Gerais e Goiás contribuiu para a expansão territorial, o crescimento populacional e a diversificação econômica. Com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, o Brasil passou por mudanças, culminando na independência, em 1822, e no período imperial. Durante o século XIX, o café tornou-se a principal fonte de riqueza, mantendo a escravidão.

Ao longo dos primeiros 400 anos de história do Brasil pós chegados dos portugueses, alguns aspectos foram constantes (com pequenas variações). Destacam-se a concentração da terra, a monocultura e a utilização do trabalhador escravizado, ambos aspectos tendo diferenças de lugar, intensidades e de produtos agrícolas. Com a Proclamação da República, em 1889, principalmente na chamada República Velha (1889-1930), poucas alterações serão percebidas, contudo, será o momento em que várias alterações começam a ser gestadas no campo social, político e econômico.

De igual forma, novos modos de compreender e analisar o país são elaborados e surge uma efervescência de ideias sobre as características e o desenvolvido do Brasil. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, trouxe mudanças políticas e econômicas, incluindo a industrialização, a qual foi ampliada nos períodos que se seguiram, ganhando destaque especial os anos 1950, quando

houve uma forte industrialização. Ao mesmo tempo, as mudanças econômicas (e as políticas: redemocratização, a partir de 1946; ditadura civil-militar ente 1964 e 1985; e o fim da ditadura, na sequência), provocaram alteração ao longo do território brasileiro, moldando sua atual ordem constitucional.

Neste contexto, de meados do século XX, despontou Celso Furtado (1920-2004), um renomado economista brasileiro cujo trabalho teve impacto significativo no desenvolvimento econômico e nas políticas públicas do Brasil. Furtado destacou-se por sua abordagem crítica e inovadora, ganhando reconhecimento como uma das figuras mais importantes na economia latino-americana do século XX. Sua trajetória na administração pública incluiu o cargo de Ministro do Planejamento, no governo de João Goulart. Entretanto, após o Golpe Militar de 1964, Furtado foi afastado devido a suas posições consideradas progressistas. Ele passou parte desse período no exílio e trabalhou em organizações internacionais, como a CEPAL. Foi um pensador comprometido com o desenvolvimento sustentável e a justiça social, cujo legado se estende além das fronteiras brasileiras. Sua obra continua a inspirar debates e reflexões sobre os desafios e possibilidades do desenvolvimento econômico em contextos complexos.

Contemporâneo a Furtado, Raúl Prebisch (1901-1986), um destacado economista argentino, também se tornou uma figura central no cenário internacional, por causa do impacto significativo na teoria econômica e nas políticas de desenvolvimento. Nomeado o primeiro secretário executivo da CEPAL, Prebisch desempenhou um papel fundamental na implementação de políticas que visavam reduzir as desigualdades econômicas na América Latina e promover o desenvolvimento industrial.

Assim, a partir de diferentes pensadores, dentre os quais Celso Furtado e Raúl Prebisch, a CEPAL desempenha um papel fundamental ao oferecer análises e pesquisas que abordam as dinâmicas econômicas da região, propondo políticas e estratégias direcionadas para enfrentar desafios específicos. Inicialmente, a organização concentrou-se no desenvolvimento industrial, enfatizando a necessidade de implementação de políticas que visam mitigar as desigualdades sociais e regionais.

1 FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL

A formação social, política e econômica do Brasil é marcada por diferentes períodos e influências ao longo da história. Para melhor compreensão serão apresentados alguns desses períodos da história. O período de colonização do Brasil inicia quando os exploradores portugueses chegaram às terras brasileiras, isso em 1500. Os portugueses tinham interesse na extração de pau-brasil, uma madeira valiosa (Prado Junior, 1994). Essa fase inicial não resultou em uma colonização efetiva, pois as atividades eram principalmente de extração e não de povoamento (Prado Junior, 1994).

De 1580 A 1640 a coroa portuguesa esteve reunida à coroa da Espanha. O reino de Portugal não foi englobado na monarquia espanhola; embora sob a dominação do mesmo monarca, conservou sua autonomia, sendo governado por um Vice-Rei em nome do soberano espanhol, sendo um período difícil da história portuguesa (Prado Junior, 1994).

Com o objetivo de organizar e facilitar a colonização do território brasileiro, as Capitanias Hereditárias foram um sistema de divisão administrativa adotado no Brasil durante o período colonial (Prado Junior, 1994). O sistema fazia divisão do território brasileiro em faixas de terra chamadas capitanias, onde cada capitania era concedida a um donatário, um nobre ou pessoa de confiança da coroa para administrar, explorar e povoar aquela região (Prado Junior, 1994). No entanto, esse sistema mostrou-se pouco eficaz, com várias capitanias enfrentando dificuldades econômicas, sociais e defensivas. Isso levou, posteriormente, à implementação do sistema de governo-geral, no qual o poder central português passou a exercer maior controle sobre as áreas coloniais, sendo também um sistema que na sua ontologia fomentou a desigualdade no Brasil (Prado Junior, 1994).

Com a introdução da cana-de-açúcar, do século XVI ao XVII, o Brasil se tornou um importante produtor levando à expansão da colonização. Grandes plantações e engenhos foram estabelecidos, e houve uma intensa busca por mão de obra escrava, inicialmente através dos indígenas e, mais tarde,

através do tráfico de escravos africanos (Prado Junior, 1994). No XVIII, a descoberta de ouro nas regiões de Minas Gerais e Goiás atraiu um grande número de pessoas para o interior do país, impactou na ampliação do território, no crescimento da população e na diversificação da economia (Prado Junior, 1994).

Com as invasões napoleônicas em Portugal, a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil. Com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808, o país experimentou uma série de mudanças, incluindo a abertura dos portos às nações amigas (Prado Junior, 1994). Em 1822 o filho do rei, Dom Pedro I, proclamou a independência do Brasil, tornando-se o primeiro imperador, marcando o fim do período colonial. No período imperial a economia brasileira passou por uma transformação significativa com o Ciclo do Café, principalmente nas regiões do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro (Prado Junior, 1994). A produção de café tornou-se a principal fonte de riqueza, e a mão de obra escrava continuou a ser fundamental para sustentar o sistema (Prado Junior, 1994).

Em março de 1888 cai o último governo escravocrata do Brasil e "[...] dois meses depois, a Assembleia Geral, abrindo suas sessões, vota em poucos dias, com uma quase unanimidade, a lei de 13 de maio que duma penada punha termo à escravidão no Brasil" (Prado Junior, 1994, p.135). A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 marcou o fim do período imperial e o início da república no Brasil.

Inicialmente, um governo provisório liderado por Deodoro da Fonseca foi estabelecido. Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República, que estabeleceu um sistema presidencialista e federalista. Houve um início de industrialização do período de 1889 a 1930, especialmente em São Paulo, com o setor cafeeiro financiando parte desse processo. Durante grande parte da República Velha, o poder político foi dominado por uma alternância entre São Paulo (representando os cafeicultores) e Minas Gerais (representando os pecuaristas), conhecida como a política do "Café com Leite". Essa alternância favorecia as oligarquias estaduais (Prado Junior, 1994, p.135)

A insatisfação com a política dominada pelas oligarquias culminou na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Esse evento marcou o fim da República Velha e o início de uma nova fase na política brasileira (Prado Junior, 1994, p.135). Getúlio Vargas implementou políticas de industrialização e intervenção estatal na economia. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Petrobras são exemplos desse período. Para Linhares (1996, p. 482):

> O golpe de outubro de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica. O período 1930-37 pode, por isso mesmo, ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado – a burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa.

Em 1937, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, instituindo o Estado Novo. Esta fase foi marcada por um governo autoritário, centralizado e corporativista. Vargas alinhou o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, enviando tropas para lutar ao lado dos Estados Unidos e seus aliados. A participação do Brasil na guerra, combinada com pressões internas por mudanças políticas, levou à queda de Vargas, em 1945. Ele foi deposto e substituído por um governo democrático (Linhares, 1996). A Constituição de 1946 marcou a restauração do regime democrático e estabeleceu as bases para a participação política multipartidária.

No período pós-guerra, a industrialização continuou a se expandir, especialmente no setor automotivo e de bens de consumo duráveis. Para Linhares (1996 p.528) “no período entre 1950 e 1980, ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil”. Em 31 de março de 1964, um golpe militar depôs o governo democraticamente eleito, levando à instauração de uma ditadura militar que durou até 1985, marcado por repressão política e censura. Durante o "Milagre Econômico" (1968-1973), o Brasil experimentou taxas de crescimento econômico expressivas, mas a expansão foi acompanhada por problemas como endividamento externo e concentração de renda.

A redemocratização começou em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência. Após sua morte, José Sarney assumiu o cargo (Linhares, 1996). A Constituição de 1988 foi promulgada, marcando o fim da ditadura militar e estabelecendo os princípios para a atual ordem constitucional. O país passou por planos de estabilização econômica, como o Plano Real, em 1994, que controlou a hiperinflação. O ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, idealizador do Plano Real, foi eleito presidente do Brasil, ficando no cargo de 1995 até 2002.

A partir da contextualização histórica realizada partindo do Brasil colônia e após proclamação da República até o governo Fernando Henrique Cardoso resgata-se este momento da história com uma contextualização contemporânea sem análise aprofundada dos governos após Fernando Henrique Cardoso, sendo esses governos sucessórios. Apresenta-se o quadro 01, com um breve resumo dessa contextualização histórica e contemporânea.

Quadro 01 - Formação social, política e econômica no Brasil

Período	**Colonial**	**Imperial**	**República Velha**	**Era Vargas**
Formação	**(1500 - 1822)**	**(1822 - 1889)**	**(1889 - 1930)**	**(1930 - 1945)**
Social	Chegada dos Portugueses e Contato com os Povos Indígenas / Escravidão Indígena e Africana/ Chegada da Família Real e Abertura dos Portos	Abolição da Escravidão	Encerramento do período Imperial	Getúlio Vargas assumiu o poder
Política	Colonização portuguesa	Independência do Brasil / Outorga da Primeira Constituição	Proclamação da República / Promulgação da Primeira Constituição Republicana	Revolução de 1930 / Estado Novo / Nova Constituição
Econômica	Exploração do Pau-Brasil / Ciclo do Açúcar	Ciclo do Café	Industrialização incipiente	Industrialização e intervenção estatal
Período	**Pós-guerra**	**Ditadura Militar**	**Redemogratização**	**Século XXI**
Formação	**(1945 - 1964)**	**(1964 - 1985)**	**(1985 - 2000)**	**(2000 - 2023)**
Social	Industrialização / Urbanização / Êxodo Rural	O golpe militar	Constituição Cidadã / Plano Real	Globalização
Política	Fim do Estado Novo / Redemocratização	Ditadura Militar	Eleições Diretas	Governos Sucessivos
Econômica	Industrialização intensificada	Milagre Econômico	Estabilização econômica	Globalização e Desafios Sociais

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Prado Junior (1994) e Linhares (1996).

O Brasil enfrenta desafios econômicos, como a busca por maior estabilidade macroeconômica, reformas estruturais e a necessidade de enfrentar questões sociais, como desigualdade e pobreza (Furtado, 2005). A economia brasileira é diversificada, incluindo setores como agricultura, indústria e serviços. A nação continua a busca por um desenvolvimento econômico sustentável, a redução das desigualdades sociais e a adaptação às dinâmicas globais.

2 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO A PARTIR DE CELSO FURTADO E RAUL PREBISCH

Além de ser economista, Celso Furtado era um intelectual engajado, que transformava suas teorias em prática (Santos, 2020). Furtado ocupou cargos no governo brasileiro, foi Diretor do BNDE, interventor do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (1958); Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1960) uma iniciativa para combater as disparidades regionais no Brasil, concentrando esforços no desenvolvimento econômico da região Nordeste.

Ministro do Planejamento no governo de João Goulart (1962). Durante o período como Ministro do Planejamento no Brasil, Furtado elaborou o Plano Trienal, que pretendia promover o desenvolvimento econômico através do investimento em setores estratégicos e na industrialização (ABL, 2024). O plano tinha como objetivo reduzir a dependência externa e impulsionar a economia brasileira.

A partir de abril de 1964, seu nome é incluído no AI-1 e seus direitos políticos são cassados. Passou a viver no exílio, retornando ao Brasil em 1979. Nos governos de Tancredo Neves e José Sarney, voltou a ocupar cargos públicos (ABL, 2024). É, no entanto, a partir de suas vivências no exterior que ele começa a pensar o Brasil e os problemas da formação do país com base do contexto internacional, posicionando o Brasil em relação aos demais países do mundo (Furtado, 2005). Ele desenvolveu teorias sobre o desenvolvimento, salientando a importância de fatores históricos, sociais e políticos no processo de crescimento econômico (Santos, 2020).

Para Furtado (2005) o centro é formado pelos países julgados “desenvolvidos” impulsionados pela industrialização. Países estes que determinam os padrões de comércio e geram a “periferia” do sistema. Furtado foi um dos pioneiros na formulação da teoria da dependência, que analisa as relações desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. As nações em desenvolvimento constantemente enfrentam dificuldades estruturais que limitam seu progresso econômico, resultando na dependência em relação aos países mais industrializados (Furtado, 2005).

Furtado também foi crítico do modelo econômico brasileiro, principalmente durante os períodos de ditadura militar. Para Furtado (2005) o foco excessivo na industrialização e nas políticas voltadas para o mercado externo estava prejudicando a economia brasileira e agravando as desigualdades sociais.

O termo "subdesenvolvimento" descreve a situação econômica de muitos países latino-americanos. O subdesenvolvimento não é só uma etapa intermediária em direção ao desenvolvimento, mas um estado específico com suas próprias dinâmicas e desafios (Furtado, 2009). Ou seja, o subdesenvolvimento não é apenas uma fase inicial do desenvolvimento, mas sim um processo histórico, caracterizado por desequilíbrios estruturais e dependência de economias mais avançadas.

Furtado (2009), argumenta que o subdesenvolvimento não pode ser superado apenas com o tempo, mas com intervenção e políticas específicas para reverter as condições estruturais desfavoráveis. O Estado no processo de desenvolvimento de um país, é fundamental, desempenhando de forma ativa a promoção do desenvolvimento, coordenando investimentos, implementando políticas que abordassem simultaneamente várias dimensões do desenvolvimento e corrigindo desigualdades (furtado, 2005).

Integrando a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, sediado em Santiago do Chile (1949), Celso Furtado em conjunto com o argentino Raúl Presbisch fundam a escola estruturalista, cujo ponto inicial foi a crítica à teoria do comércio internacional da economia clássica de David Ricardo, o que era até então a explicação “natural” das relações entre

países industrializados (desenvolvidos) e países exportadores de matéria-prima (subdesenvolvidos). Raul Prebisch foi um economista argentino e secretário-executivo da CEPAL nas décadas de 1950 e 1960. Ele é conhecido por suas contribuições à teoria da dependência e por desenvolver a ideia de "centro-periferia" (Bieslchowsky, 2020). Para Prebisch, o conceito de desenvolvimento estava intrinsecamente ligado às desigualdades econômicas globais.

Prebisch (1968) argumentava que as economias periféricas (como as da América Latina, África e Ásia) estavam em uma posição desvantajosa em relação aos países centrais (principalmente os industrializados). Ele observava que, ao longo do tempo, os termos de troca (relação entre os preços dos produtos exportados e importados) tendiam a ser desfavoráveis para as nações em desenvolvimento (Prebisch, 1968; CEPAL, 2023).

A periferia desempenha o papel de produtora e fornecedora de mão de obra, enquanto o centro se destaca pela sua produtividade, resultando frequentemente em interdependência, escassa diversificação e, em muitos casos, na perda de características regionais, como os hábitos da população. Isso culmina na formação de grandes grupos que têm dificuldade em agir para além da homogeneização, devido à prevalência da produção industrial em larga escala. (Bieslchowsky, 2020). No período estruturalista e no neoestruturalista, percebe-se, em linhas gerais, uma dependência entre periferia e centro em todas as escalas regionais, desde os municípios pequenos até os grandes, e mesmo estados e países (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

3 ATUAÇÃO DA CEPAL

A criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi oficializada pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, datada de 25 de fevereiro de 1948, e sua operação

teve início no mesmo ano. Por meio da resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho optou por alterar o nome para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020).

A CEPAL, uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, tem sua sede em Santiago do Chile. Seu estabelecimento teve como propósito contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar iniciativas para promovê-lo e fortalecer as relações econômicas entre os países latino-americanos, bem como com outras nações ao redor do mundo. Posteriormente, sua atuação foi expandida para incluir os países do Caribe, e foi incorporado o objetivo de impulsionar o desenvolvimento social (CEPAL, 2020).

Além da sede central, a CEPAL conta com duas sedes sub-regionais, uma para a América Central, localizada na Cidade do México (estabelecida em junho de 1951), e outra para o Caribe, em Port of Spain (estabelecida em dezembro de 1966). Adicionalmente, a Comissão mantém escritórios nacionais em Buenos Aires, Brasília, Montevidéu e Bogotá, além de um escritório de ligação em Washington (CEPAL, 2020). Para melhor compreensão, será apresentado o quadro 02 com a evolução do pensamento cepalino.

Quadro 02 – Pensamento da Cepal

Período	Características
1950	Foco na industrialização
1960	Reformas para aprofundar a industrialização e reduzir desigualdades
1970	Desenvolvimento com integração socia e fomento às exportações
1980	Superação com crescimento preocupação com a dívida externa
1990	Transformação produtiva com equidade
2000	Posicionamento da América Latina frente à globalização com desenvolvimento e cidadania
2010	O imperativo da igualdade

Fonte: Fontoura, Tenório e Allebrandt (2023) adaptado de Bieslchowsky (2020).

Ao examinar o pensamento cepalino, percebe-se uma ênfase no estudo e na observação das dinâmicas industriais como fatores essenciais para o desenvolvimento regional. Essa abordagem também busca regular as questões sociais decorrentes dessas atividades econômicas (Fontoura, Tenório,

Allebrandt, 2023). Inicialmente, esse pensamento estava intimamente ligado ao processo de industrialização em si, conforme evidenciado em diversos discursos. Na década de 1960, surgiu um debate sobre a questão social, buscando mitigar os impactos da desigualdade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Esse desenvolvimento frequentemente começava com atividades comerciais, migrando posteriormente para a esfera industrial das famílias (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

No entanto, o próprio raciocínio inicial apresenta uma contradição. Surge a dúvida se, na época, havia uma genuína preocupação com a sociedade em geral e a redução da desigualdade, ou se, na verdade, visava-se criar uma reserva de consumidores, como ocorreu em diversas fases da história. Por exemplo, no contexto brasileiro, a abolição da escravatura pode ter sido percebida por alguns membros da sociedade como uma oportunidade para desenvolver novos mercados consumidores (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

Na década de 1970, a CEPAL desempenhou um papel crucial na formulação de estratégias de desenvolvimento para a região. Nesse período, a CEPAL estava profundamente envolvida na análise e no aconselhamento econômico, especialmente em relação às questões industriais e ao comércio internacional. Continuou a promover a ideia de uma industrialização voltada para dentro, buscando reduzir a dependência externa e promover o desenvolvimento econômico interno (Bieslchowsky, 2020). O pensamento cepalino, influenciado pelo estruturalismo, enfatizava a necessidade de políticas públicas ativas para corrigir as desigualdades sociais e regionais, muitas vezes associadas aos processos de industrialização.

Além disso, a década de 1970 foi marcada por desafios econômicos, como a crise do petróleo em 1973, que afetou significativamente a região latino-americana. A CEPAL desempenhou um papel importante ao oferecer análises e sugestões para lidar com esses desafios, visando a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

Para Fontoura, Tenório e Allebrandt (2023) na década de 1970, observa-se claramente a influência do pensamento industrial fordista, caracterizado pela busca de retornar ao mercado exportador para alcançar ganhos de escala. No entanto, essa abordagem enfrentou dois desafios estruturais significativos: a competitividade dos países no cenário internacional e o agravamento da doença holandesa, resultante da falta de tecnologia de ponta e da atuação em nichos de baixo valor agregado. Ao longo da década de 1980, essa mesma orientação persistiu, com preocupações relacionadas aos reflexos e impactos na balança de pagamentos. Foram adotadas medidas paliativas para lidar com uma questão estrutural que tinha origens complexas, tanto de natureza econômica quanto não econômica (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

Nos anos 1990 e 2000, a CEPAL continuou a desempenhar um papel significativo na formulação de políticas e no aconselhamento econômico para a região (Bieslchowsky, 2020). Durante este período, concentrou-se em diversas questões, refletindo os desafios e as transformações econômicas que marcaram essas décadas. Houve uma atenção especial para as dificuldades enfrentadas por algumas regiões em adaptar-se a um ambiente globalizado, com destaque para as mudanças nas políticas de produção e os desafios impostos pela concorrência internacional (Bieslchowsky, 2020).

A CEPAL abordou os desafios demográficos, como o envelhecimento da população, e as questões relacionadas à desindustrialização em algumas regiões. Isso refletiu uma adaptação às mudanças nas dinâmicas econômicas e demográficas que impactavam a América Latina nesse período. Surgiram novos desafios com os sistemas industriais fordistas, especialmente no contexto demográfico, com o envelhecimento da população e a diminuição demográfica em algumas regiões, indicando sinais de desindustrialização em determinados setores econômicos (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

Em 2014, a CEPAL publicou a obra "Pactos para a Igualdade". Esse trabalho representou um marco importante ao destacar a importância da igualdade e avançar na análise das formas de organi-

zação da produção e seus reflexos na sociedade. Essa abordagem multidimensional enfatizou a necessidade de políticas públicas que promovessem a equidade social (Bieslchowsky, 2020). Nota-se que temas como cidadania, questões sociais e ambientais, praticamente ausentes no período estruturalista, tornam-se elementos relevantes para a discussão multidimensional do Desenvolvimento Regional. No entanto, esses avanços ainda são incipientes, gerando preocupações sobre a extensão real de sua efetividade em todas as camadas da sociedade (Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023).

A CEPAL contribui com suas análises e pesquisas sobre as dinâmicas econômicas da região, propondo políticas e estratégias para enfrentar desafios específicos. Seu enfoque inicial foi o desenvolvimento industrial, destacando a importância de políticas que reduzissem as desigualdades sociais e regionais. Ao longo das décadas, a CEPAL evoluiu para abordar questões contemporâneas, como globalização, pobreza, sustentabilidade ambiental e integração regional (Bieslchowsky, 2020; Fontoura, Tenório, Allebrandt, 2023). A organização promove a ideia de um desenvolvimento equitativo e sustentável, incentivando políticas sociais inclusivas e a participação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão profunda da formação do Brasil é crucial por diversas razões, pois fornece uma base sólida para a consciência histórica. Essa consciência é essencial para evitar a repetição de erros do passado, já que a análise das lutas, injustiças e conquistas ao longo da história do país oferece valiosas lições que orientam o presente e moldam o futuro. Além disso, o conhecimento da formação do Brasil contribui para uma cidadania mais consciente e informada, capacitando as pessoas a desempenharem um papel ativo na construção de uma sociedade justa e equitativa. A diversidade cultural do Brasil, resultado da interação entre diferentes povos, culturas e tradições, é compreendida ao conhecer a história do país. Isso não apenas promove a apreciação e o respeito pela diversidade, mas também fortalece os valores de tolerância e inclusão.

A análise crítica proporcionada pelo conhecimento histórico é vital para compreender as condições atuais, avaliar políticas públicas, identificar desafios persistentes e buscar soluções eficazes. Além disso, entender o desenvolvimento do Brasil ao longo do tempo oferece insights valiosos para orientar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Nesta linha, entender, a partir das formas de organização da produção, em um contexto histórico, os desdobramentos para a formação e desenvolvimento das regiões sugere uma agenda de pesquisa para ciência do Desenvolvimento Regional. Passando de uma formação escravocrata, extrativista e rural, normalmente denominada de era agrícola na literatura, para o desenvolvimento do comércio e da indústria com todas suas transformações e crise principalmente a partir dos anos 1970, passando para uma era supersimbólica que impossibilita a homogeinização principalmente pensando sob o prisma do Desenvolvimento Regional (Marx, 1874; Toffler, 1995).

Celso Furtado fez diversas contribuições notáveis para a economia brasileira e o pensamento econômico. Já Raúl Prebisch foi um economista argentino que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da teoria econômica, especialmente em relação aos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. A Cepal evoluiu para abordar questões contemporâneas, como pobreza, sustentabilidade ambiental e integração regional.

Referências

ABL, Academia Brasileira de Letras. *Biografia: Celso Furtado*. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/celso-furtado/biografia. Acesso em: 20 fev. 2024.

BIESLCHOWSKY, Ricardo. Do “manifesto latino-americano” de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL. *Revista de Economia Contemporânea,* Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482020000100200>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Informações sobre CEPAL.* 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/sobre. Acesso em: 25 fev. 2024.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Raúl Prebisch e os desafios do desenvolvimento no século XXI.* 2023. Disponível em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt. Acesso em: 25 fev. 2024.

FONTOURA, Fernando Batista; TENÓRIO, Fernando Guilherme; fer, Sergio Luis Allebrand. O pensamento da Cepal para o desenvolvimento regional: interfaces com a gestão social. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.]*, v. 19, n. 2, 2023. DOI: 10.54399/rbgdr.v19i2.6476. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6476. Acesso em: 4 fev. 2024.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História geral do Brasil*. 6. ed., atual. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1974.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 42. ed São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.* 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

SANTOS, Fabio Padua dos. "Formação econômica do Brasil" de Celso Furtado em três dimensões: história, economia e horizonte de expectativa. *Textos de Economia*, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 1-24, 14 dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/77941/45136. Acesso em: 20 fev. 2024.

TOFFLER, Alvin. *Powershift, as mudanças de poder: um perfil da sociedade do século XXI pela análise das transformações e natureza do poder*. Rio de Janeiro: Record, 1995.